

**A EVOLUÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA
NO PERÍODO 1999-2014**

Pétala Rodrigues de Oliveira¹
Leandro Gomes²

RESUMO: Este artigo apresenta a evolução da pauta exportadora brasileira de 1999 a 2014, período sob o regime de câmbio flutuante, de modo a identificar sua mudança por meio da análise da composição e do comportamento das exportações. Para isso, busca-se analisar a participação por classe de produto no total do valor exportado, ressaltando a dinâmica dos índices de preço e de *quantum* das exportações. O trabalho está fundamentado teoricamente nas ideias de Raul Prebisch, que aborda o crescimento das exportações como um aspecto estratégico no sentido de impulsionar o crescimento econômico de países periféricos. Desse modo, ao analisar as exportações brasileiras, conclui-se que há grande participação de produtos básicos em seu valor total, sugerindo, assim, um processo de reprimarização da composição da pauta exportadora.

PALAVRAS-CHAVE: Pauta Exportadora. Exportações. Reprimarização.

Introdução

Ao longo do processo de crescimento dos países subdesenvolvidos, observa-se que o desequilíbrio do balanço de pagamentos constitui a principal restrição ao crescimento econômico de longo prazo. Esta restrição pode ser relacionada à baixa elasticidade-renda da pauta exportadora e, por este motivo, faz com que as exportações apresentem um importante papel para o equilíbrio do balanço de pagamentos e para o relaxamento da restrição externa ao crescimento.

De acordo com Prebisch, pensamento segundo o qual norteou este estudo, o crescimento das exportações é uma estratégia que impulsiona o crescimento econômico, visto que as exportações contribuíram para o processo de crescimento dos países da América

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia. petala.roliveira@gmail.com.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Ufrj), Instituto Três Rios, Três Rios – RJ – Brasil. Professor Adjunto. leandrogomes.ufrj@gmail.com.

Latina. Entretanto, o autor destaca que a exportação de produtos primários com baixa elasticidade-renda não elevou o padrão de vida da sociedade, dada estrutura produtiva pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea. Portanto, a produção deveria passar pelo processo de industrialização, único meio para reter os efeitos do progresso técnico, elevando a elasticidade-renda das exportações.

Entre 1994 e 1998, observa-se a redefinição do papel do setor externo na economia brasileira. A balança comercial passou de superavitária à deficitária, uma vez que a demanda interna se deslocava para os produtos importados, fruto da sobrevalorização do real somada à intensificação da abertura comercial. Para sustentar a sobrevalorização do real foi disponibilizado um grande volume de reservas internacionais, viabilizando um alto grau de ancoragem cambial. No decorrer deste período, a sobrevalorização da moeda nacional resultou em desequilíbrios fiscais e das contas externas e, diante disso, evidenciaram a insustentabilidade do regime de metas cambiais, sendo abandonado em 1999.

Em 1999, adota-se o sistema de câmbio flutuante seguido de um processo de overshooting da taxa de câmbio. A melhora no saldo da balança comercial é percebida no mesmo ano, porém, o saldo alcança um valor positivo apenas em 2001 permanecendo superavitário até o ano de 2013. As exportações seguiram uma trajetória de crescimento contínuo, atingindo um aumento significativo em 2008, fato possível graças à elevação do índice de preço de todas as classes de produtos que expressou um aumento superior ao índice de *quantum*. A partir de 2010, observa-se uma mudança na composição da pauta exportadora, de forma que os produtos básicos tornam-se a principal categoria no total do valor exportado.

No período de análise de 1999 a 2014, nota-se uma melhora no índice dos termos de troca influenciado pela dinâmica dos preços internacionais, em especial, das *commodities*. Os preços de tais produtos tiveram seu aumento liderado pelo efeito China, que exerceu um papel tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, causando impacto nos preços internacionais. Cabe chamar a atenção para os anos de 2000 a 2014, período no qual as relações comerciais entre Brasil e China cresceram mais que o comércio entre Brasil e o resto do mundo e, a partir de 2009, a China transformou-se no principal destino das exportações brasileiras.

Este trabalho está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção fundamenta teoricamente o exposto na análise da evidência empírica na seção seguinte, a partir da contribuição de Prebisch. E, por último, a segunda seção apresenta a composição da pauta exportadora por meio da análise do comportamento e da composição das exportações, de modo a identificar sua mudança no decorrer do período de 1999 a 2014.

Fundamentação teórica

Nesta seção será apresentado o papel das exportações e como esta variável impulsionou o crescimento econômico de países periféricos. Do mesmo modo, expressará a relação deste processo de crescimento à geração e difusão de progresso técnico, fatores determinantes no grau de competitividade de uma economia.

O papel das exportações

Os efeitos restritivos ao crescimento resultantes do desequilíbrio do balanço de pagamentos são observados no decorrer do processo de crescimento dos países periféricos. Os países em desenvolvimento, no geral, dispõem de moedas não conversíveis e, por isso, estão sujeitos à restrição externa. Esta restrição é mais evidente em países cuja pauta exportadora apresenta baixa elasticidade-renda³, que é traço característico de países subdesenvolvidos (BUSATO, 2011).

As exportações são autônomas em relação ao nível de renda e produto doméstico, dado que dependem da renda e do nível de atividade do “resto do mundo”. De acordo com Medeiros e Serrano (2001), as exportações apresentam relevância estratégica associada à questão do financiamento e relaxamento da restrição externa ao crescimento. E, posto isto, é possível observar o duplo caráter macroeconômico das exportações, em que de um lado, geram divisas às importações e aos pagamentos externos e, de outro, constituem um dos vetores de demanda final (MEDEIROS, 2015).

³ De acordo com Varian (1999, p. 296), “a elasticidade-renda da demanda é utilizada para descrever como a quantidade demandada reage à variação na renda”.

No que concerne à geração de divisas à importação e ao financiamento externo, Carbinato (2011) aponta para o fato de que as exportações constituem uma fonte segura, quando comparada a outras formas de financiamento, uma vez que sua obtenção não necessita de uma contrapartida de saída de divisas. E, como fonte autônoma de demanda efetiva, o aumento das exportações gera o crescimento do produto. A dimensão macroeconômica da exportação é influenciada pela estrutura produtiva, uma vez que a taxa de crescimento das exportações depende do tipo de produto exportado e de sua elasticidade-renda da demanda que, por conseguinte, influencia a taxa de crescimento do produto (REIS, 2015).

De acordo com Medeiros e Serrano (2001) a relação entre as exportações e o crescimento econômico chama a atenção para o debate polarizado entre o crescimento liderado pelas exportações e o crescimento liderado pelo mercado interno. No primeiro, a demanda externa é o principal componente da demanda final. Enquanto no segundo, os gastos autônomos são carro chefe da expansão e as exportações tornam-se resíduos deste crescimento. Desse modo, os autores concluem que a determinação do papel das exportações é subestimado quando se trata do relaxamento da restrição externa.

Além do debate polarizado entre o crescimento “orientado para fora” e o “orientado para dentro”, Thirlwall (2005) destaca a polarização existente entre os países ocasionada pelo círculo virtuoso de crescimento, “[...] no qual o aumento acelerado das exportações leva a um crescimento rápido da produção, e o crescimento rápido da produção leva a um aumento acelerado das exportações, por meio do impacto favorável do aumento da produção na competitividade.” (THIRLWALL, 2005, p. 44). Logo, a existência de polarização entre os países deve-se ao fato da dificuldade de entrada de alguns países nesse círculo virtuoso de crescimento.

As exportações como estratégia de crescimento econômico

O crescimento das exportações é abordado por Raul Prebisch como um aspecto estratégico no sentido de impulsionar o crescimento econômico de países periféricos. Em suas palavras “[...] o aumento da produtividade nos países industrializados estimulou a demanda de produtos primários e, desse modo, representou um elemento dinâmico importantíssimo no crescimento da América Latina” (PREBISCH, 2000a, p. 80). Entretanto, destaca que este tipo

de exportação não elevou o padrão de vida da população, pois as vantagens da produtividade nos centros não foram estendidas à periferia em condições similares.

Bielschowsky (2000) destaca o antagonismo entre o “centro” e a “periferia” presente na escola cepalina que se originou do pensamento de Prebisch. Em relação às economias periféricas, a oposição encontra-se na estrutura produtiva pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, enquanto nas economias centrais esta estrutura é oposta, consistindo em uma produção diversificada, com uma produtividade homogênea e a criação e difusão de tecnologias. Portanto, essa contrariedade corrobora para a existência de diferenças no processo de crescimento e distribuição de renda, afetando o padrão de vida da população.

Neste sentido, Prebisch (2000a) aponta que a industrialização torna-se um item estratégico de planejamento econômico e constitui o único meio para reter os efeitos do progresso técnico e, por conseguinte, elevar o padrão de vida da sociedade, visto que a poupança depende essencialmente do aumento da produtividade. Para isso, é imprescindível a adoção de equipamentos de qualidade superior e que estejam aptos a receberem uma renovação sistemática conforme o avanço da técnica. Logo, a industrialização dos países da América Latina concilia-se ao desenvolvimento da produção primária e, para atingir o objetivo social de elevar o padrão de vida, segue a mesma condição do desenvolvimento da indústria, como exposto pelo autor em sua obra:

A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. [...] Necessitamos de uma importação considerável de bens capital e também precisamos exportar produtos primários para consegui-la (PREBISCH, 2000a, p. 73).

Nos estudos de Prebisch (2000b), o crescimento econômico é condicionado à industrialização, que é sujeita ao progresso técnico. A promoção das mudanças na estrutura produtiva e no modo de satisfação das demandas interna e externa conduz estas economias ao desequilíbrio externo, afetando o crescimento econômico.

A partir da melhora do nível de emprego dos países latino-americanos pós-guerra, as importações de bens de consumo, bens de capital e matérias-primas sofreram uma elevação como resultado desse aumento relativo do nível de renda. Em contrapartida, as exportações não acompanharam esta nova dinâmica e mostraram-se insuficientes para satisfazer as

importações elevadas, ocasionando em problemas no financiamento do passivo externo (PREBISCH, 2000a).

De acordo com Jayme Jr e Resende (2009), a restrição externa constitui um dos principais problemas dos países em desenvolvimento na questão do crescimento econômico de longo prazo. Estes autores afirmam que “[...] os frequentes desequilíbrios na balança comercial dos países em desenvolvimento são decorrência, entre outros fatores, de uma lenta e desigual geração e difusão de progresso técnico nessas economias” (JAYME JR; RESENDE, 2009, p. 9). Desta forma, afeta a competitividade no comércio internacional e, por conseguinte, o crescimento econômico de países periféricos, dado que este crescimento depende do aumento da demanda externa por produtos de baixo teor tecnológico.

O progresso técnico demanda transformações no processo produtivo que implica no emprego de matérias-primas refinadas e complexas, na melhoria da utilização de produtos e na substituição de materiais. Posto isto, observa-se a redução da influência dos produtos primários no valor do produto final, diminuindo a quantidade destes produtos na renda real da população, e uma mudança no padrão de consumo incorrendo na diversificação da demanda. Assim, nos centros industriais, as importações de produtos primários tendem a crescer com menor intensidade que a renda real, ou seja, a elasticidade-renda da demanda de importações de produtos primários pelos centros tende a ser menor que um (PREBISCH, 2000b).

Para que se fizesse verdadeira a afirmativa de que “as importações devem ser pagas com exportações”, há a necessidade das elasticidades-renda da exportação e importação serem compatíveis. Entretanto, segundo Medeiros e Serrano (2001), os países da América Latina exportavam bens primários de baixa elasticidade-renda e importavam produtos industriais de alta elasticidade-renda, promovendo um crescimento a longo prazo com taxas menores comparados aos países centrais. Por este motivo, justifica-se a necessidade de industrialização:

[...] se os países latino americanos se mantivessem, à guisa de supostas “vantagens comparativas”, especializados em exportar produtos agrícolas de baixa elasticidade renda e em importar produtos industriais de alta elasticidade, a necessidade de fechar as contas externas tornaria inevitável que os países crescessem a longo prazo a taxa menores que os países industrializados. Tal constatação decorria da diferença das elasticidades-

renda das importações, que tinham uma tendência estrutural a se acelerar em relação às exportações (MEDEIROS; SERRANO, 2001, p. 107).

Carbinato (2011, p. 27) afirma que “[...] a diferença nas elasticidades-renda revela-se um fator limitante ao crescimento econômico de longo prazo, pois reduz taxa de crescimento econômico compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos [...]”. Logo, a industrialização elevaria a elasticidade-renda das exportações dos países da América Latina possibilitando a aproximação das taxas de crescimento dos países centrais e, assim, a redução da restrição externa (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

Na concepção de Carbinato (2011), o relaxamento da restrição externa poderia ocorrer via políticas de industrialização por substituição de importações, que no período do pós-guerra foram favorecidas mediante a expansão das exportações. Em suas palavras:

[...] políticas de substituição de importações comprometidas com a construção de uma matriz industrial diversificada e sofisticada seria condição necessária para o alívio da restrição externa por dois canais: o primeiro, alterando a elasticidade-renda das importações no sentido de reduzi-la e o segundo, permitindo com que o País ingresse em mercados exportadores mais dinâmicos, ampliando a elasticidade-renda das exportações (CARBINATO, 2011, p. 27).

A elasticidade-renda das exportações absorve fatores além do preço dos produtos acerca da competitividade externa de um país, como por exemplo, o conteúdo tecnológico, o grau de diferenciação em relação aos concorrentes no comércio internacional, o valor adicionado, entre outros fatores (OREIRO; LEMOS; SILVA, 2007). Portanto, a ampliação da elasticidade-renda das exportações está diretamente relacionada à taxa de crescimento das exportações, de modo que “[...] quanto maior for a elasticidade-renda das exportações, maior será a taxa de crescimento das exportações de um determinado país para uma mesma taxa de crescimento da renda do resto do mundo” (OREIRO; LEMOS; SILVA, 2007, p.98).

O progresso técnico e a balança comercial

Segundo Fajnzylber (2000), a introdução insuficiente de progresso técnico marcou o processo de desenvolvimento da América Latina e foi responsável pela inserção desses países no conjunto vazio, gerado por uma matriz com a entrada dupla: crescimento e equidade. Ou seja, este conjunto “[...] corresponde aos países que poderiam ter alcançado, ao mesmo tempo,

um crescimento mais acelerado que o dos países avançados e um nível de equidade superior a 0,4.⁴ (FAJNZYLBER, 2000, p. 853). E, o conjunto vazio está associado à incapacidade de abrir a “caixa-preta” do progresso técnico, cuja abertura ultrapassa os limites do industrial e empresarial, aprofundando as transformações no âmbito social. Logo, podemos confirmar o exposto na passagem:

O conjunto vazio estaria diretamente vinculado ao que se poderia chamar de incapacidade de abrir a “caixa-preta” do progresso técnico, tema no qual incidem a origem das sociedades latino-americanas, suas instituições, o contexto cultural e um conjunto de fatores econômicos e estruturais cuja vinculação com o meio sociopolítico é complexa, mas indiscutível (FAJNZYLBER, 2000, p. 857).

Jayme Jr. e Resende (2009) relacionam o progresso tecnológico às exportações e importações, afirmando que ambos se constituem como elemento central para determinar o grau de competitividade de uma economia. Diante disso, os autores defendem um Sistema Nacional de Inovações (SI) que possibilite o avanço à fronteira tecnológica e, assim, uma maior diversificação da pauta exportadora, elevando o valor das exportações. Este, no entanto, dependerá também das seguintes características, a saber: estrutura de mercado dos bens exportados, do dinamismo do mercado e do grau de proteção do mercado. Segundo Jayme Jr e Resende (2009, p. 21) “[...] no país onde o SI é relativamente menos desenvolvido a elasticidade-renda da demanda de exportação tende a ser inferior à elasticidade-renda da demanda de importação, ensejando uma vulnerabilidade externa estrutural [...]”.

O desenvolvimento do Sistema Nacional de Inovação considera tanto as relações externas quanto as relações internas de um país. Ainda que a primeira possua uma importância crescente, a segunda torna-se fundamental para a análise da economia, de modo que, engloba o sistema nacional de ensino; as instituições técnicas e científicas; relações industriais; as políticas governamentais; as tradições culturais e muitas outras instituições (FREEMAN, 1995)⁵.

À medida que um país apresenta um Sistema Nacional de Inovação imaturo, sua economia tende a absorver um menor progresso tecnológico e, por conseguinte, um menor

⁴ Em Fajnzylber (2000), o nível de equidade de 0,4 refere-se à relação entre os 40% de renda mais baixa e os 10% de renda mais alta.

⁵ Ver Freeman (1995, p. 5).

ganho de competitividade. Logo, estas economias sofrerão com desequilíbrios na balança comercial devido ao fato de seus produtos terem baixa competitividade no mercado internacional (MISSIO; JAYME JR, 2013). De acordo com Jayme Jr e Resende (2009), a competitividade de uma economia:

[...] será definida a partir da sua capacidade de competir tanto no mercado internacional como também no doméstico com as demais economias do mundo. Assim, o conceito de competitividade é relativo e envolve a comparação entre economias no que se refere à capacidade de exportar e de satisfazer a demanda interna por meio da produção doméstica, em detrimento das importações. Portanto, deve estar relacionada à sua capacidade relativa de gerar superávits na balança comercial (JAYME JR; RESENDE, 2009, p. 16).

O hiato tecnológico causado pela desigualdade de geração e difusão do progresso técnico entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos acarretam em desequilíbrios na balança comercial das economias em desenvolvimento, “[...] criando, para estas últimas, problemas de competitividade *vis-à-vis* as economias desenvolvidas e limitando, assim, a capacidade de inserção dessas economias no cenário do comércio mundial” (JAYME JR; RESENDE, 2008, p. 5).

Em linhas gerais, as exportações impulsionam o crescimento econômico dos países periféricos, porém, a estrutura produtiva desses países, ao mesmo tempo pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, não contribui para o processo de crescimento e distribuição de renda se comparadas aos países do centro, o que afeta o padrão de vida da população. Para a melhoria desse padrão, discute-se a industrialização que elevaria a elasticidade-renda das exportações como fator primordial no planejamento econômico e o único elemento capaz de reter os efeitos do progresso técnico e, assim, elevar o padrão de vida da sociedade. Para isso, é imprescindível mudanças na estrutura produtiva e no modo de satisfação das demandas interna e externa. Entretanto, estas economias estão sujeitas ao desequilíbrio externo comprometendo o processo de crescimento econômico. Este desequilíbrio externo, como discutido por Jayme Jr e Resende (2009) ocorre pela desigualdade na geração e difusão de progresso técnico entre as economias periféricas e centrais, afetando a competitividade internacional e, por efeito, o crescimento econômico, principalmente devido à escassez de divisas.

A evolução das exportações brasileiras de 1999 a 2014

O propósito desta seção é analisar a evolução das exportações brasileiras desde a adoção do regime de câmbio flexível em 1999 até o ano de 2014, e apresentar a composição da pauta exportadora por meio da análise do comportamento e da composição das exportações, de modo a identificar sua mudança no decorrer desse período. Inicia-se com uma discussão sobre a especialização das exportações, e em seguida é exposto os dados das exportações do período em questão. Analisam-se, inclusive, a evolução dos termos de troca e os indicadores de concentração CR4 e CR8. Por fim, é realizada a análise da evolução recente da especialização das exportações brasileiras.

A discussão sobre a especialização das exportações brasileiras

Nos anos 1990, a economia brasileira apresentou uma reespecialização com redução da diversificação da estrutura produtiva, como consequência do baixo crescimento das exportações e elevado crescimento do coeficiente de importações. Esta reespecialização promoveu o efeito de concentração da pauta exportadora em produtos de baixo teor tecnológico e baixo dinamismo no comércio internacional, revertendo o sistema industrial de superavitário para deficitário (MEDEIROS; SERRANO, 2001). Assim, o crescimento da elasticidade-renda das exportações favoreceu uma forte especialização em setores intensivos de recursos naturais em relação aos setores de capital e tecnologia (CARVALHO; GIUBERTI, 2010).

Segundo Medeiros e Serrano (2001), as exportações de produtos com baixa elasticidade-renda não favorecem a redução da assimetria existente entre o crescimento dos passivos externos e o das exportações, que se constitui no entrave para o crescimento da economia brasileira. Para reversão deste quadro, é necessária “[...] uma estratégia agressiva de promoção das exportações, complementada por uma inevitável substituição de (algumas) importações de forma a manter as contas do balanço de pagamentos numa trajetória sustentável” (MEDEIROS; SERRANO, 2001, p. 128).

Na visão de Reis (2015), o Brasil apresenta sinais de defasagens em sua matriz produtiva em razão da perda de complexidade das exportações e dos seus efeitos no que diz

respeito à geração de renda e emprego. As consequências deste cenário são o aprofundamento da restrição externa e o comprometimento do financiamento do desenvolvimento em virtude dos déficits comerciais; e a diminuição do potencial de crescimento no médio e longo prazo dado que a especialização encontra-se menos complexa.

De acordo com a análise de Gomes (2010) o padrão das exportações brasileiras no período de 2003 a 2008 indica que, apesar de ter ocorrido um aumento das exportações houve uma tendência à especialização regressiva da economia, em outras palavras, o país tornou-se mais exportador de produtos primários. Assim, o autor conclui que o crescimento das exportações se deu tanto pelo preço quanto pela quantidade, no qual foi possível a partir da conjuntura internacional que permitiu o crescimento do preço médio das exportações, embora a mudança da composição da pauta tenha caminhado em direção a bens de menor valor adicionado.

Carvalho e Silva (2008) apontam em seus resultados em relação ao crescimento da exportação que o efeito quantidade é maior que o efeito preço, indicando o efeito flexibilidade da pauta negativo das exportações agrícolas brasileiras. Ou seja, o efeito negativo indica a concentração em produtos em que os preços e quantidades variam em direção inversa, assim, prevalecem produtos no qual a quantidade exportada cresce (diminui) não obstante a queda (aumento) no preço. Estes autores ainda chamam a atenção para o crescimento além do potencial das exportações agrícolas em virtude do aumento expressivo da competitividade e, após o período de mudança cambial em 1999, predominam os produtos cuja quantidade exportada varia inversamente ao preço.

Na concepção de Jayme Jr e Resende (2008), a especialização das exportações brasileiras possui três desvantagens, a saber:

Em primeiro lugar, o mercado internacional de commodities é menos dinâmico do que o de produtos tecnologicamente mais sofisticados. Em segundo lugar, as commodities estão sujeitas a maiores variações de preços que os produtos de maior conteúdo tecnológico pelo fato dos seus produtores serem essencialmente tomadores de preços. Por fim, as commodities primárias são mais vulneráveis a práticas protecionistas, especialmente em países desenvolvidos como os Estados Unidos e os países europeus (JAYME JR; RESENDE, 2008, p. 14).

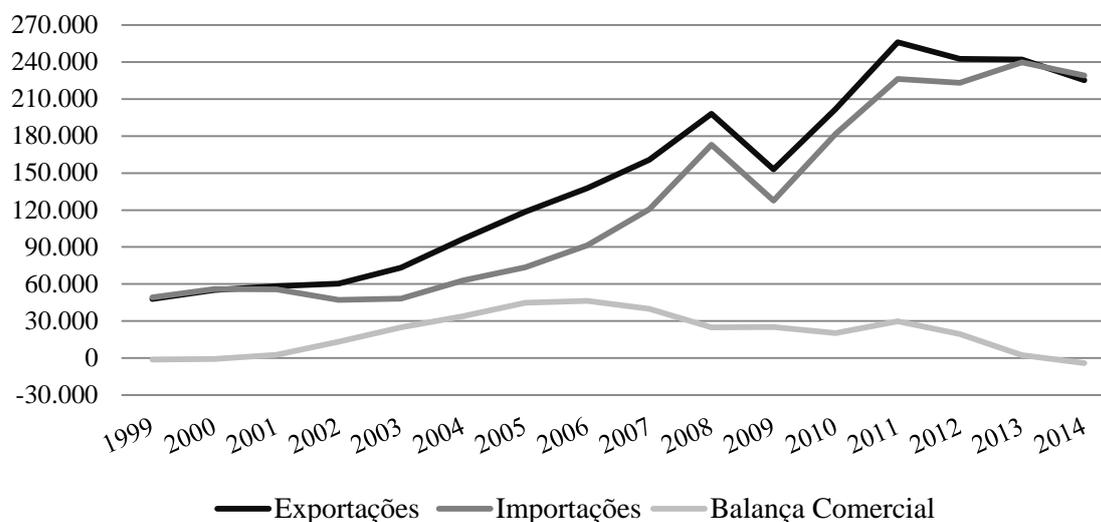
Nesse sentido, o setor externo brasileiro se mantinha vulnerável às mudanças na economia mundial, ainda que a balança comercial apresentasse um saldo superavitário em razão do comportamento positivo das exportações de *commodities* primárias (JAYME JR; RESENDE, 2008).

Na perspectiva de Carbinato (2011), a recuperação da atividade econômica brasileira foi possível devido ao relaxamento da restrição externa observado após o ano de 2003. Este alívio externo se deu em virtude de mecanismos institucionais de estímulo à exportação, à desvalorização cambial, ao crescimento da economia internacional e à alta dos preços internacionais das *commodities*. E, permitiu a retomada do crescimento econômico com taxas compatíveis com o balanço de pagamento. “Contudo, do ponto de vista da composição, verificou-se uma ampliação do peso das *commodities* na pauta exportadora brasileira, o que reduz a elasticidade-renda das exportações e prejudica, estruturalmente, a restrição externa do País” (CARBINATO, 2011, p. 118).

As exportações brasileiras no período de 1999-2014

Após o abandono do regime de metas cambiais em 1999, houve inicialmente um processo de *overshooting* da taxa de câmbio. A desvalorização do câmbio desestimulou as importações de bens e serviços, e a melhora no saldo da balança comercial é percebida no mesmo ano, porém, registra um superávit somente no ano 2001 de aproximadamente US\$ 2,7 bilhões, resultado do saldo de exportação de US\$ 58,3 bilhões e importação de US\$ 55,6 bilhões, como observado no gráfico 1. A balança comercial apresentou um resultado positivo até o ano de 2013, e no último ano de análise deste trabalho observa-se a reversão no saldo comercial com déficit de US\$ 4 bilhões.

Gráfico 1 – Exportações, Importações e Balança Comercial (US\$ milhões): 1999-2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil⁶.

As importações seguiram uma trajetória de crescimento acompanhando as exportações a partir do ano de 2004. Esta evolução foi possível graças ao aquecimento da economia doméstica e ao processo de apreciação da taxa de câmbio, que passou de R\$ 3,59 para R\$ 2,87 no fim de 2003⁷. O *quantum* das importações está diretamente relacionado aos movimentos de retração e expansão da economia brasileira, o que explica sua queda nos anos de 2000 a 2002 em virtude do baixo desempenho econômico e da desvalorização da taxa de câmbio (MACHOSKI; CALDARELLI; CAMARA, 2015).

Em 2008, as exportações saltam para o maior valor apresentado desde o primeiro ano de análise deste trabalho com saldo equivalente a 198 bilhões de dólares. Este resultado positivo das exportações está relacionado ao comportamento do comércio internacional que apresentava um cenário expressivo de expansão da demanda desde 2003, atingindo uma taxa média de crescimento anual de 4,6% até 2007⁸. O aumento da participação de mercados não tradicionais nos destinos das exportações como a Europa Oriental, América Latina, Ásia e

⁶ Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁷ Ver Modenesi (2005, p. 382).

⁸ Ver Giambiagi e Além (2011, p. 193).

Oceania; e a elevação da demanda pelos mercados tradicionais como União Europeia, Estados Unidos e Argentina, resultou no impulso do crescimento das exportações brasileiras⁹.

O aumento significativo das exportações no ano de 2008 esteve atrelado à elevação do índice de preços dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, que expressou uma elevação superior ao índice de *quantum* das exportações. Sendo assim, pode-se observar na tabela 1 que a alta mais expressiva do índice de preço refere-se às exportações de produtos básicos, no qual se verifica um crescimento contínuo de 2003 a 2008 correspondendo a um aumento de 139%. Para o mesmo período, os produtos semimanufaturados e manufaturados tiveram uma alta nos índices de preço de 110% e 67% respectivamente. No que diz respeito ao *quantum*, é possível verificar que todas as classes de produtos tiveram uma trajetória de crescimento entre os anos 2000 e 2007. A partir de 2008, apenas os produtos básicos apresentaram elevação do índice, enquanto os produtos semimanufaturados e manufaturados sofreram períodos de contração e expansão sempre quando comparados ao ano anterior.

Tabela 1 - Índice de preço e de *quantum* das exportações por fator agregado: 1999 a 2014.

Período	Produtos					
	Básico		Semimanufaturado		Manufaturado	
	Preço	<i>Quantum</i>	Preço	<i>Quantum</i>	Preço	<i>Quantum</i>
1999	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	98,0	108,5	114,4	93,1	101,0	118,0
2001	89,7	144,6	102,4	100,8	101,0	119,5
2002	86,1	166,7	97,7	114,9	96,3	125,6
2003	95,0	188,5	108,8	126,1	95,7	152,0
2004	113,0	213,6	124,5	135,1	101,5	191,6
2005	128,4	228,7	139,3	143,6	112,6	212,3
2006	140,4	242,5	164,5	148,7	126,6	216,9
2007	160,9	271,2	182,4	149,7	137,2	223,9
2008	227,2	271,8	228,5	148,4	159,4	212,7
2009	187,4	279,6	182,2	140,9	150,1	164,2
2010	244,3	311,5	235,1	150,3	162,9	178,8
2011	320,8	322,8	284,4	158,7	185,7	181,8
2012	294,5	325,7	264,9	156,2	185,2	179,2
2013	290,3	329,2	238,3	160,5	179,9	189,0
2014	264,6	350,2	228,3	159,5	178,2	164,7

Base: 1999 = 100

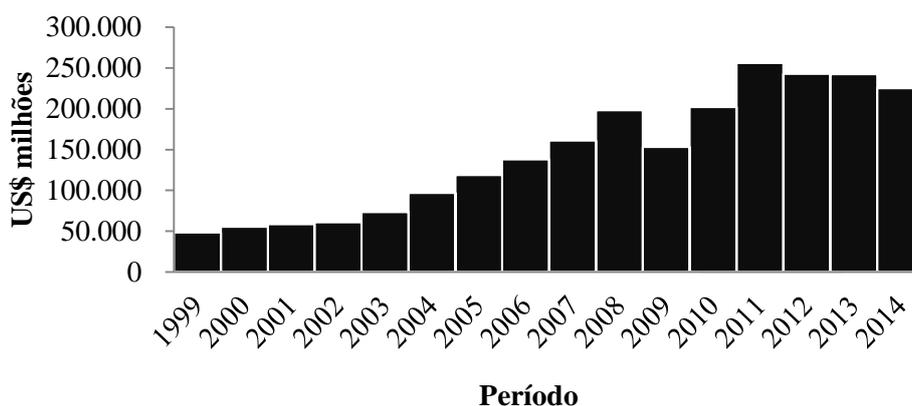
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex¹⁰.

⁹ Informação retirada do conteúdo do DVD comemorativo dos 200 anos do comércio exterior brasileiro, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2008).

A crise financeira internacional de 2007/2008 refletiu de forma acentuada na balança comercial brasileira no ano de 2009 (gráfico 1). A redução do fluxo de comércio internacional impactou fortemente nas exportações e importações brasileiras que apresentaram uma queda de aproximadamente US\$ 45 bilhões em relação ao ano anterior. A recuperação das exportações pode ser percebida já em 2010, totalizando US\$ 202 bilhões (gráfico 2), valor superior ao observado no período pré-crise.

Em 2009, verifica-se a redução dos índices de preço dos fatores agregados das exportações como um todo, entretanto, o índice dos produtos básicos sofreu uma queda inferior às outras classes de produtos, e seu índice de quantum foi o único que permaneceu com a trajetória de crescimento. Desse modo, pode-se constatar que a queda no valor das exportações foi suavizada pelo desempenho dos produtos básicos que registrou um aumento no índice de *quantum* em relação ao ano de 2008.

Gráfico 2 – Valor das exportações (US\$ milhões): 1999 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

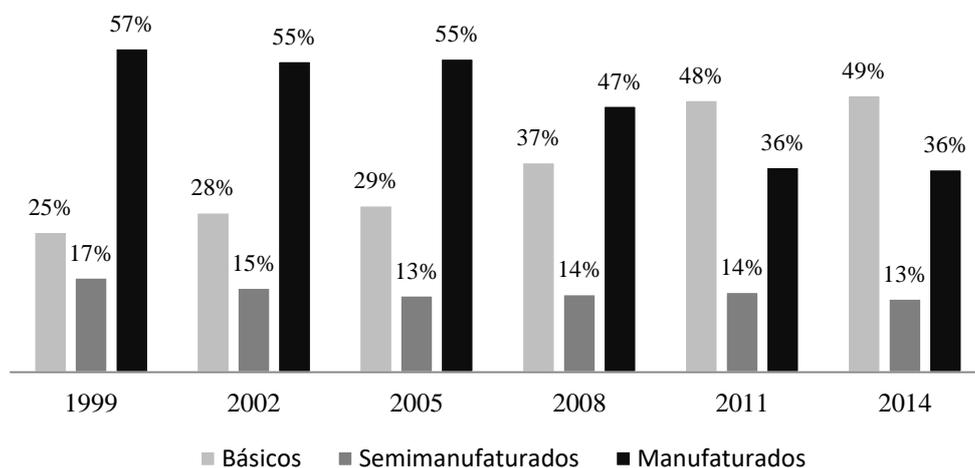
O biênio 2010/2011 apresentou uma recuperação do crescimento das exportações, alcançando em 2011 o maior valor registrado nesse estudo, o equivalente a US\$ 256 bilhões (gráfico 2). Pode-se observar que esse resultado positivo está relacionado tanto à evolução do índice de preços quanto do índice de *quantum* exportado (tabela 1). Em 2012, 2013 e 2014, o valor das exportações correspondeu à média de US\$ 236,5 bilhões, mantendo um patamar

¹⁰ Dados foram gerados a partir de login e senha no sistema da Funcex.

elevado em relação aos anos anteriores, porém, percebe-se que o saldo da balança comercial reduziu em detrimento da elevação do valor das importações que passou de US\$ 223 bilhões em 2012 para US\$ 229 bilhões em 2014. Logo, conclui-se que o saldo das exportações se mostrou insuficiente para equilibrar a balança comercial em 2014 que incorreu em déficit de US\$ 4 bilhões (gráfico 1).

A partir de 2010, o comportamento das exportações é guiado pela categoria de produtos básicos, seguido pelos produtos manufaturados e semimanufaturados, apontando uma inversão na representatividade das categorias de produtos no total do valor exportado, no qual os produtos básicos permutam a posição com os produtos manufaturados e conduz a mudança na composição da pauta exportadora brasileira (gráfico 3).

Gráfico 3 – Exportações por fator agregado anos selecionados (% total do valor exportado)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

Entre 1999 e 2014, observa-se um crescimento de 826% dos produtos básicos, 264% dos semimanufaturados e 193% dos manufaturados. Em 1999, os básicos correspondiam a 25% do total do valor exportado, os semimanufaturados a 17% e os manufaturados a 57%. As participações das classes de produtos se alteram, de modo que em 2008 a representatividade dos básicos aumenta para 37% e dos semimanufaturados e manufaturados diminuem para 14% e 47% respectivamente. Já em 2014 está consolidada a posição dos produtos básicos

com participação de 49%, seguido dos manufaturados com 36% e semimanufaturados com 13%¹¹.

A evolução dos termos de troca

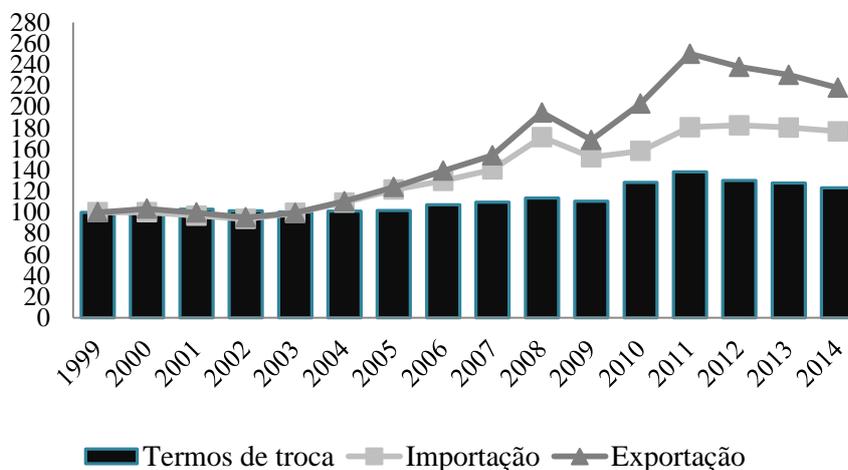
No decorrer da análise do período de 1999 a 2014, pode-se observar uma melhora nos termos de troca, isto é, o aumento do preço das exportações foi maior que a elevação do preço das importações. A evolução dos termos de troca apresentou um aumento contínuo nos anos de 2003 a 2008, e uma sutil deterioração no ano de 2009, fruto dos reflexos da crise financeira de 2007/2008 que contraiu o nível de atividade econômica do país em face da retração do comércio internacional e, diante disso, houve uma redução dos índices de preço no geral. No ano seguinte, o índice dos termos de troca se recupera, em virtude, principalmente, do aumento dos preços dos produtos básicos e atinge seu pico em 2011 (gráfico 4).

Nota-se que desde 1999, o país apresentou elevação contínua do índice de *quantum* exportado em produtos básicos e “[...] em economias em que as *commodities* são parcela relevante de suas vendas externas, a dinâmica dos preços internacionais de tais produtos influencia fortemente o comportamento de seus termos de troca.” (FERRAZ, 2013, p. 27). O aumento dos preços das *commodities* foi liderado pelo efeito China, que exerceu um papel tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, no qual possibilitou o aumento dos preços internacionais das *commodities*; a estabilização dos preços das manufaturas; e a sustentação em níveis elevados dos termos de troca favorável aos países em desenvolvimento (PINTO; CINTRA, 2015). O grande destaque para contribuição no crescimento mundial concerne ao forte crescimento da economia chinesa, que ao longo dos anos 2000 apresentou uma ascensão promissora frente à economia mundial. As exportações e importações chinesas correspondiam respectivamente a 3,9% e 3,4% do total da exportação mundial em 2000, alcançando a participação de 8,9% e 6,9% em 2008, tornando-se o maior exportador e segundo maior importador mundial¹². Vale ressaltar que, a partir de 2009, a China foi o principal destino das exportações brasileiras, permanecendo nesta posição até o fim desta análise.

¹¹ A diferença no somatório dos percentuais refere-se às operações especiais, isto é, aos produtos não classificados.

¹² Ver Acioly, Pinto e Cintra (2011, p. 310).

Gráfico 4 – Índice de preço das exportações e das importações e índice dos termos de troca: 1999 a 2014



Base: 1999 = 100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

Entre os anos de 2012 e 2014, verifica-se uma queda do índice de preço das exportações e das importações, com redução mais expressiva da primeira. A diminuição do índice de preço das exportações está diretamente ligada ao comportamento das *commodities*, que sofreu uma queda associada ao “[...] baixo dinamismo das economias desenvolvidas, a desaceleração da economia chinesa e excesso de oferta em diversos produtos” (PINTO; CINTRA, 2015, p. 7). Portanto, conclui-se que a partir de 2012 o país vivenciou uma fase de deterioração dos termos de troca, como observado no gráfico 4.

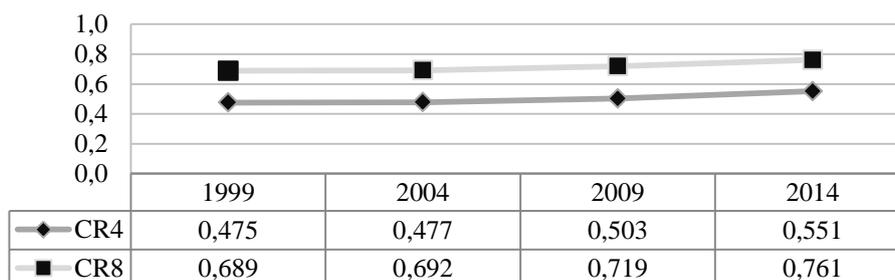
Índices de concentração CR4 e CR8

Os quatro setores que tiveram maior participação no total do valor exportado, o índice de concentração, medido pela razão de concentração CR4¹³, nos anos de 1999, 2004, 2009 e 2014, correspondeu a 47,5%; 47,7%; 50,3% e 55,1% respectivamente (gráfico 5). Nos anos de 1999 e 2004, a participação coube aos setores agricultura e pecuária; produtos

¹³ Segundo Kupfer e Hasenclever (2013), a razão de concentração é dada pela equação $CR(k) = \sum_{i=1}^k s_i$ onde k = 4 ou k = 8 representa a participação das quatro ou oito maiores empresas; e s_i as parcelas de mercado de cada empresa.

alimentícios; metalurgia; e veículos automotores, reboques e carrocerias. Já em 2009 e 2014, excluiu-se este último e passou a fazer parte desse grupo o setor de extração de minerais metálicos.

Gráfico 5 – Índices de concentração CR4 e CR8 dos setores da CNAE¹⁴



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

Ao considerar os oito maiores setores, a razão de concentração CR8 observado para a mesma série de tempo correspondeu a 68,9%; 69,2%; 71,9% e 76,1%. Destacaram-se em 1999 a agricultura e pecuária; extração de minerais metálicos; produtos alimentícios; celulose, papel e produtos de papel; produtos químicos; metalurgia; máquinas e equipamentos; veículos automotores, reboques e carrocerias. Em 2004, mantêm os setores citados anteriormente, excluindo apenas celulose, papel e produtos de papel e incluindo outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores. Em 2004 e 2009, os setores com notoriedade são agricultura e pecuária; extração de minerais metálicos; produtos alimentícios; produtos químicos; metalurgia; máquinas e equipamentos; veículos automotores, reboques e carrocerias; e extração de petróleo e gás natural.

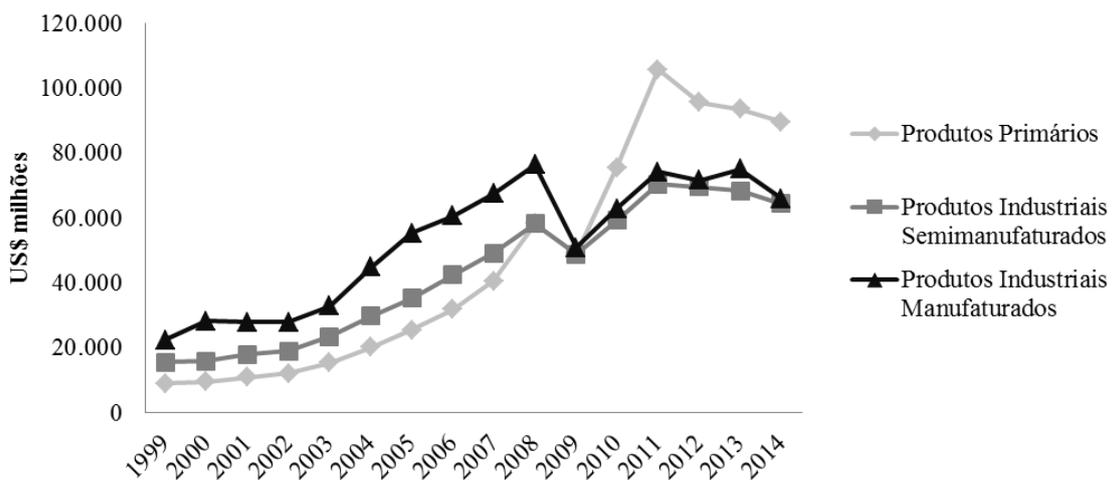
Quanto maior é o índice de concentração, maior a dependência da receita de exportação dos setores em questão. Portanto, conclui-se que no período estudado as razões de concentração CR4 e CR8 apresentaram um aumento contínuo, no qual o setor de agricultura e pecuária obteve destaque exibindo o maior aumento na participação do valor exportado, colaborando para a elevação destes índices.

¹⁴ Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

A evolução recente da especialização das exportações brasileiras

As exportações brasileiras apresentaram um crescimento contínuo até o ano de 2008 como observado no gráfico 2. Em 2009, esse crescimento foi interrompido devido aos reflexos da crise internacional de 2007/2008 e o valor das exportações sofreu uma queda acentuada. Em 2010, o crescimento das exportações é retomado, voltando a recuar nos anos de 2012, 2013 e 2014. Pode-se observar no gráfico 6, que a liderança até 2009 pertenceu a classe de produtos manufaturados, seguido dos produtos semimanufaturados e primários. Essa configuração se inverte em 2010, e os produtos primários saltam para o primeiro lugar, distanciando-se expressivamente dos produtos manufaturados e semimanufaturados, nos quais ocupam segundo e terceiro lugar até 2014.

Gráfico 6 – Valor das exportações por classe de produtos (US\$ milhões): 1999 a 2014

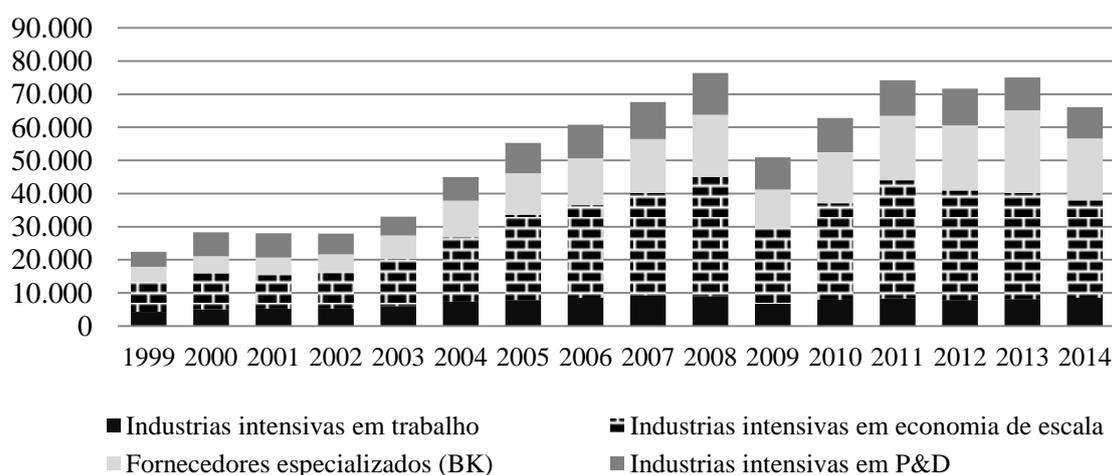


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

No período de 1999 a 2009, os manufaturados eram a principal categoria da pauta exportadora (gráfico 6), representados pelas indústrias intensivas em trabalho, indústrias intensivas em economia de escala, fornecedores especializados em bens de capital (BK) e

indústrias intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D)¹⁵. O destaque se revelou às indústrias intensivas em economia de escala exemplificadas pelos produtos siderúrgicos; manufaturas de metais; veículos automotores, suas partes e peças; veículos férreos; embarcações etc., alcançando seu maior valor no ano de 2008 com aproximadamente US\$ 36 bilhões em exportações (gráfico 7). Estas indústrias apresentaram um crescimento do valor exportado gradual e contínuo que foi interrompido em 2009 quando sofreu uma queda em torno de 13 bilhões de dólares. Seguido destas indústrias, tivemos por ordem de maior valor exportado, os fornecedores especializados em BK¹⁶, as indústrias intensivas em P&D¹⁷ e, por último, as indústrias intensivas em trabalho¹⁸.

Gráfico 7 – Valor das exportações por grupo de produtos industriais manufaturados e a intensidade no uso dos fatores (US\$ milhões): 1999 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

¹⁵ A Funcex utilizou a metodologia baseada em Pavitt (1984) para classificar os produtos em grupos segundo a origem setorial e a intensidade no uso de fatores, verificar em: <http://www.funcexdata.com.br/br/notas/nv2_grupo.prod.seg.orig.set.intens.uso.fatores.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

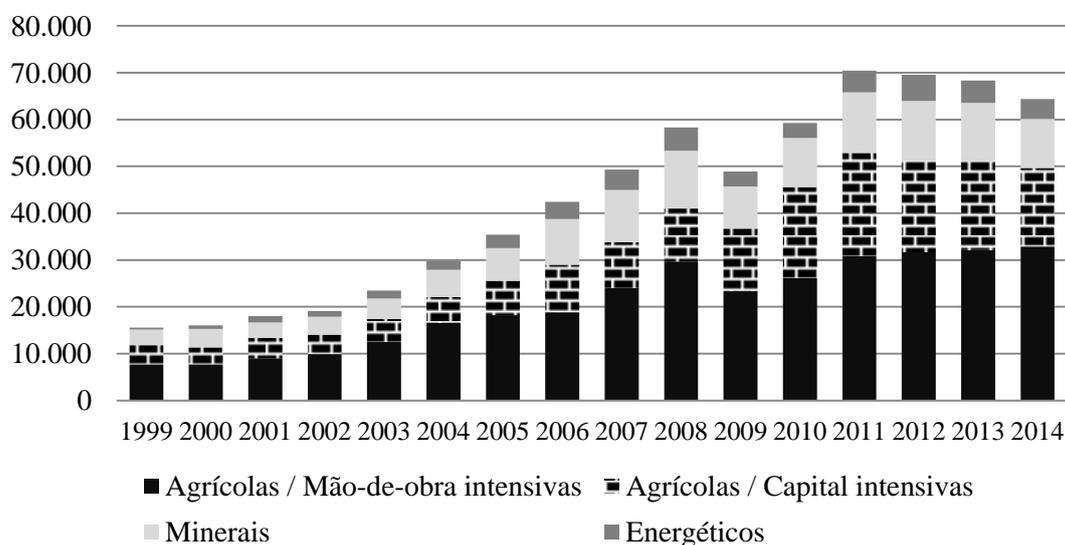
¹⁶ Os produtos possuem como característica a capacidade de inovação e alto grau de diversificação da produção, sendo assim, os bens de capital.

¹⁷ Compreendem os produtos do setor aeroespacial, da química fina, do setor de telecomunicações, eletroeletrônicos.

¹⁸ Móveis; calçados; fios e tecidos de fibras têxteis; vestuário e confecções; manufaturas de couro e artigos de peleteria.

Os produtos industriais semimanufaturados são representados pelos produtos agrícolas intensivos em trabalho e em capital¹⁹; pelos produtos minerais²⁰ e pelos energéticos²¹. Os produtos com maior representatividade dessa origem setorial na pauta exportadora foram os produtos agrícolas intensivos em trabalho (gráfico 8), no qual podemos citar as carnes e miudezas comestíveis; as preparações de carne; os produtos lácteos; as tortas e farelos de sementes oleaginosas; os óleos comestíveis; as madeiras processadas; os couros curtidos, entre outros. Estes produtos demonstraram um crescimento contínuo durante quase todo o período de estudo, com exceção do ano de 2009 que acompanhou a queda devido aos reflexos da crise financeira de 2007/2008 e, atingiram seu maior valor de aproximadamente US\$ 33 bilhões em 2014. Os produtos agrícolas intensivos em capital diminuíram o valor exportado a partir de 2012, assim como, os produtos minerais. No que diz respeito aos produtos energéticos, estes atingiram o maior valor exportado em 2012 de US\$ 5,6 bilhões, entretanto, observa-se que no biênio 2013/2014 apresentaram um resultado declinante, como verificado no gráfico 8.

Gráfico 8 – Valor das exportações por grupo de produtos industriais semimanufaturados e a intensidade no uso dos fatores (US\$ milhões): 1999 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

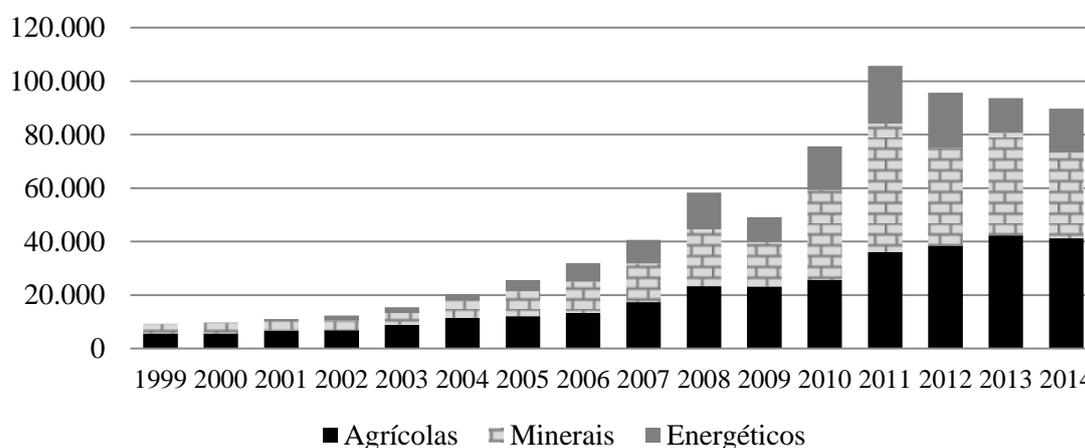
¹⁹ Pasta química de madeira (celulose); açúcar; fumo manufaturado; peixes em conserva etc.

²⁰ Alumínios e demais metais não ferrosos; produtos químicos orgânicos e inorgânicos; adubos manufaturados; fios e fibras sintéticas etc.

²¹ Incluem basicamente os óleos refinados de petróleo.

Entre 1999 e 2009, os produtos primários com maior representatividade foram os agrícolas representados por sementes oleaginosas; cereais; frutas e legumes frescos ou refrigerados; café; cacau; fumo não manufaturado; madeiras brutas; couros e peles sem curtir; peixe fresco ou refrigerado, entre outros. E, foram seguidos pelos produtos minerais²² e energéticos²³. Em 2010, a posição dos produtos minerais e agrícolas se inverte, contudo, a partir de 2012 os produtos agrícolas voltam a liderar e atinge seu maior valor exportado em 2013, totalizando quase 42 bilhões de dólares (gráfico 9).

Gráfico 9 – Valor das exportações por grupo de produtos primários (US\$ milhões): 1999 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Funcex.

A elevação do índice de preços dos produtos básicos constatada nos anos 2000 impulsionou a exportação dessa classe de produto, de modo que possibilitou um aumento do índice de preços das exportações (gráfico 4). A redução desse índice, verificada a partir de 2012, resultou na diminuição do valor exportado (gráfico 2), entretanto, não impediu que estes produtos permanecessem na liderança da exportação, visto que o *quantum* exportado seguiu sua trajetória de crescimento.

A inversão da composição da pauta exportadora observada a partir de 2010 contemplou os produtos primários. Entre estes, os produtos agrícolas representaram em

²² Minério de ferro e seus concentrados; minerais metálicos; adubos brutos etc.

²³ Óleos brutos de petróleo; hulha; gás natural etc.

grande parte do período o maior valor exportado em relação aos minerais e energéticos, e também em relação aos produtos manufaturados. Assim, a grande participação dos produtos agrícolas no total das exportações remete ao processo de reprimarização da pauta exportadora (GONÇALVES, 2001).

O fenômeno de reprimarização da pauta exportadora está relacionado ao efeito China, isto é, o aumento da demanda deste país por *commodities* concomitante às vantagens competitivas na produção de manufaturas. Outro argumento presente é o da desindustrialização, visto que, a política de desvalorização cambial da China produz um desalinhamento da taxa de câmbio acirrando a concorrência entre os produtos brasileiros e chineses, fato que faz com que as manufaturas brasileiras percam sua participação no mercado mundial (PEREIRA, 2014). Para Cano (2012), não ocorreu simplesmente uma especialização regressiva, mas até mesmo uma desindustrialização precoce e nociva, dado à perda de competitividade das exportações industriais somada às importações de bens finais de consumo e de capital, e insumos industriais no geral, atingindo negativamente as cadeias produtivas da indústria nacional.

Em suma, as elevações do preço e do *quantum* dos produtos básicos fizeram com que essa categoria se tornasse a principal na pauta exportadora, e objeto de discussões que sugere o processo de reprimarização na composição da pauta, em especial, devido à redução da competitividade da indústria brasileira²⁴.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar a evolução da pauta exportadora brasileira do período de 1999 a 2014, de modo a identificar sua mudança desde a adoção do regime de câmbio flexível. Para isso, procurou analisar o comportamento e a composição das exportações, enfatizando a participação por classe de produto no total do valor exportado, inclusive separando a dinâmica de preço da evolução do *quantum*.

Ao longo do período estudado, observou-se que as exportações brasileiras tiveram um crescimento significativo, saltando de US\$ 48 bilhões em 1999 para US\$ 225 bilhões em 2014. Este resultado positivo das exportações está relacionado ao comportamento do

²⁴ Para aprofundar a discussão sobre a desindustrialização no Brasil, ver Cano (2012).

comércio internacional que apresentou um cenário expressivo de expansão da demanda de 2003 a 2008, contribuindo para uma trajetória de crescimento dos índices de preço e de *quantum* das exportações e da melhora dos termos de troca.

O grande destaque para contribuição no crescimento mundial atribuiu-se ao forte crescimento da economia chinesa ao longo dos anos 2000, que provocou a elevação dos preços das *commodities* no mercado mundial, bem como o aumento dos índices de preços externos em geral. Vale destacar que entre os anos 2000 e 2014, as relações comerciais entre Brasil e China cresceram mais que o comércio entre Brasil e o resto do mundo, e que a partir de 2009 a China tornou-se o principal destino das exportações brasileiras.

A redução do fluxo de comércio internacional em virtude da crise financeira internacional de 2007/2008 resultou na queda de US\$ 45 bilhões das exportações em 2009, sendo possível notar sua recuperação já no ano seguinte. Em 2011, as exportações alcançaram o maior valor observado desde o início desse estudo, o equivalente a 256 bilhões de dólares. No triênio 2012-2014, o valor das exportações manteve-se em um patamar elevado em relação aos anos anteriores correspondendo a uma média de US\$ 236,5 bilhões, entretanto, percebeu-se que o saldo da balança comercial reduziu em detrimento da elevação do valor das importações. Após um longo período de superávit comercial, em 2014, as exportações se mostraram insuficientes para equilibrar a balança comercial que incorreu em déficit de US\$ 4 bilhões.

Ao analisar as exportações por classe de produto no total do valor exportado, notou-se que entre os anos de 1999 e 2014 os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados apresentaram um crescimento de 826%, 264% e 193% respectivamente. Até o ano de 2009 os produtos manufaturados representavam a principal categoria da pauta exportadora e, a partir de 2010, o comportamento das exportações passa a ser guiado pela classe de produtos básicos.

Entre os produtos básicos, os agrícolas representaram em grande parte do período o maior valor exportado em relação aos minerais e energéticos. O setor de agricultura e pecuária obteve destaque com um crescimento contínuo nos anos selecionados e apresentou o maior aumento na participação do valor exportado quando calculadas as razões de concentração CR4 e CR8, contribuindo para a elevação do índice de concentração dos quatro e oito maiores setores do mercado. Segundo Gonçalves (2001), a grande participação de produtos agrícolas

no total do valor exportado remete ao processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

A elevação do índice de preços dos produtos básicos constatada nos anos 2000 impulsionou a exportação dessa classe de produto, de modo que possibilitou um aumento do índice de preços das exportações e, por conseguinte, a melhora no índice dos termos de troca. Contudo, verificou-se que entre os anos de 2012 e 2014 o país se deparou novamente com um processo de deterioração dos termos de troca devido ao comportamento das *commodities* que sofreu uma queda associada à desaceleração da economia chinesa concomitante ao baixo dinamismo das economias desenvolvidas e ao excesso de oferta em diferentes produtos. Neste sentido, pode-se afirmar que o setor externo brasileiro se mantém vulnerável às mudanças na economia mundial, dado que sua pauta exportadora é especializada em produtos de baixo teor tecnológico.

De modo geral, esse trabalho observou um processo de especialização regressiva da economia brasileira ao longo dos anos 1999-2014. Portanto, conclui-se que se permanecer a tendência de queda dos índices de preços das *commodities* nos próximos anos e se a exportação brasileira se mantiver especializada em produtos de baixa elasticidade-renda, haverá uma continuidade na deterioração dos termos de troca e da balança comercial, o que potencializa os riscos da economia brasileira se deparar com um cenário de restrição externa e de comprometimento do financiamento do desenvolvimento.

THE EVOLUTION OF BRAZILIAN EXPORTS BETWEEN 1999-2014

ABSTRACT: *This paper presents the evolution of Brazilian exports from 1999 to 2014, period under floating exchange rate regime, in order to identify their change through the analysis of the composition and performance of exports. To that end, it aims to analyze the participation by product class in the total export value, emphasizing the dynamics of indexes of price and quantum of exports. The work is theoretically based on Prebisch's ideas that exports growth is as a strategic aspect in order to boost economic growth in peripheral countries. The conclusion of this work is that the large share of commodities in total value of exports suggests reprimarization of Brazilian exports.*

KEYWORDS: *Brazilian Exports. Exports. Reprimarization.*

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. p. 307-350.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v.1. p.13-68.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **DVD comemorativo dos 200 anos do comércio exterior brasileiro**. Brasília, 2008.

BUSATO, M. I. **Crescimento econômico e restrição externa: um modelo de simulação pós-keynesiano**. 2011. 171f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. esp., p. 831-851, dez. 2012.

CARBINATO, D. A. **O papel das exportações no crescimento e na restrição externa: uma análise para a economia brasileira entre 1970-2006**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, V. R.; GIUBERTI, A. C. A história do crescimento econômico brasileiro e a restrição externa. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 54, p. 41-69, set. 2010.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Mudanças na pauta das exportações agrícolas brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 53-73, jan./mar. 2008.

FAJNZYLBER, F. Industrialização na América Latina: da caixa-preta ao conjunto vazio. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v.1. p.851-886.

FERRAZ, F. C. **Crise financeira global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados**. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FREEMAN, C. The National System of Innovation in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 5-24, Feb. 1995.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOMES, L. S. **Vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira no período de 2003-2008**. 2010. 48f. Monografia (Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. esp., 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%205/REC_5.Esp_02_Competitividade_internacional_e_integracao_regional_a_hipotese_da_insercao_regressiva.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAIME JR, F. G.; RESENDE, M. F. C. Crescimento Econômico e Restrição Externa: Teoria e Experiência Brasileira. In: MICHEL, R.; CARVALHO, L. (Org.). **Crescimento Econômico: Setor Externo e Inflação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 8-36.

JAIME JR, F. G.; RESENDE, M. F. C. Restrição externa ao crescimento: evidências recentes no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 5-17, jan./mar. 2008.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACHOSKI, E.; CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G. Exportações, balança comercial e taxa de câmbio no Brasil: uma análise do período 2000-2014. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 121-142, jan./jul. 2015.

MEDEIROS, C. A. **Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Org.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 105-134.

MISSIO, F. J.; JAYME JR, F. G. Restrição externa, nível da taxa real de câmbio e crescimento em um modelo com progresso técnico endógeno. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 367-407, ago. 2013.

MODENESI, A. M. **Regimes monetários: teoria e a experiência do real**. Barueri: Manole, 2005.

OREIRO, J. L.; LEMOS, B. P.; SILVA, G. J. C. A relação entre a elasticidade renda das exportações, a taxa de câmbio real e o hiato tecnológico: Teoria e Evidência. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 3, n.1, p. 97-108, jan./mar. 2007.

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: Towards a taxonomy and a theory. **Science Policy Research Unit**, Brighton, UK, v. 13, p. 343-373, Dec. 1984.

PEREIRA, L. V. O efeito China nas exportações em terceiros mercados: uma análise do constant market share. **Texto para discussão**, Brasília, n. 2002, ago. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2002.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 12, jun. 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_012_2015_PINTO_CINTRA.pdf > Acesso em: 10 ago. 2018.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000a, v.1, p. 69-136.

PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000b. v.1, p. 179-215.

REIS, C. F. B. Tendências Advindas do Padrão de Exportações do Brasil: Menor Complexidade e Heterogeneidade Estrutural. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, São Paulo, n. 419, p. 11-14, ago. 2015.

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico**: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: IPEA, 2005.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1999.